



Índice

- 01** [Em protesto por melhorias na saúde, índios fazem cinco reféns em Itanhaém \(SP\)](#)
- 02** [Livro retrata "progresso" da BR-163 e o genocídio de indígenas](#)
- 03** [Índios ocupam sede da Funai em Passo Fundo](#)
- 04** [Psicóloga e antropóloga uberlandense participa de encontro com indígenas](#)
- 05** [Comissão do CNJ entrega amanhã relatório sobre o conflito indígena no MS](#)
- 06** [Carta avançada dos povos indígenas do Rio Negro](#)
- 07** [Comissão especial vai analisar projeto que regulamenta demarcações de áreas indígenas](#)
- 08** [Nota de Repúdio ao Ataque no Congresso Nacional aos Direitos Indígenas Constitucionais](#)
- 09** [OAB faz palestra hoje em Mundo Novo sobre a questão indígena](#)
- 10** [Febre amarela - População indígena protegida em Guajará-Mirim](#)



Em protesto por melhorias na saúde, índios fazem cinco reféns em Itanhaém (SP)
SÍTIO BOL, 23.07.2013

Elaine Patricia Cruz
Da Agência Brasil, em São Paulo

Desde a última sexta-feira (19), cinco funcionários da Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Itanhaém, no litoral de São Paulo, são feitos reféns por índios que ocuparam a sede. Os indígenas protestam por melhorias no atendimento médico prestado na região, que é de responsabilidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde.

Ontem (22), os índios fizeram mais funcionários reféns, mas após uma conversa entre a presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati, e uma liderança indígena, seis funcionários terceirizados e três estagiários foram liberados. As informações foram confirmadas à Agência Brasil pela Funai.

A assessoria de imprensa da Sesai informou que os índios já apresentaram uma série de reivindicações que estão sendo analisadas pelo órgão. Segundo a assessoria, o órgão se comprometeu a realizar uma reunião com os índios na sexta-feira (26), na sede do Ministério Público em Santos (SP). No entanto, informou a secretaria, a reunião só vai ocorrer caso os indígenas desocupem a Funai.

Leia mais em: <http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2013/07/23/em-protesto-por-melhorias-na-saude-indios-fazem-cinco-refens-em-itanhaem-sp.htm>

Livro retrata “progresso” da BR-163 e o genocídio de indígenas

SÍTIO CLICHOJE, 23.07.2013



Livro do sertanista e indigenista Odenir Pinto de Oliveira é um romance com base na realidade em que ele viveu

A missão de pacificar índios panará, conhecido como “índios gigantes”, para a construção da BR-163, ligando Mato Grosso ao Pará, no início da década de 70, é contada em forma de romance no livro “Sinais de Chegadas”, do mato-grossense Odenir Pinto de Oliveira, sertanista e indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai), aposentado em 2007. O livro de 352 páginas é editado pela Carlini & Caniato Editorial.

Ver de perto o genocídio dos índios, que no livro ele denomina de parenty, marcou não só a vida dele, mas de todos que participaram

da frente de atração, composta por 23 pessoas. Sete deles funcionários da Funai e os outros, indígenas de diversas etnias.

Em nome do progresso, essa etnia perdeu seu direito de habitar a região e tinha que ser removida o quanto antes. A estrada cortava uma aldeia deles no meio. A ideia era de que a frente de atração levasse esses índios a uma aldeia antiga deles, a cerca de 300 km das obras da rodovia.

Durante três anos, a equipe comandada pelos sertanistas Odenir de Oliveira tentou contato com os “índios gigantes”, que se mostravam arredios e demoraram a aceitar as quinilharias deixadas como presentes pelos membros da frente de atração. Ao mesmo tempo, a frente de trabalho da BR-163 se aproximou muito da aldeia.

Com a “pacificação” do povo panará, a frente de atração se transformou num local turístico, atraindo jornalistas do mundo todo, personalidades e autoridades que queriam ver de perto os índios.

Reportagens corriam o Brasil e o mundo, trazendo fama e prestígio para o pretense Estado “salvador”. Há relatos de crianças indígenas levadas para morar no exterior por órgãos missionários, sem o consentimento daqueles que ficaram.

“O contato com tantas pessoas trouxe doenças. Índio não tem gripe, ele cai com pneumonia e morre. Dos 700 índios panará, restaram apenas 78. Esse grupo foi levado para o Parque do Xingu”, disse Odenir.

CONT.



Tirar um índio da sua região, da sua terra é o mesmo que fadá-los a morte. Quando essa etnia chegou ao Parque Indígena, teve um novo baque.

“Eles passaram a conviver com os txucarramães, um subgrupo dos caiapós, povo inimigo dos panará, e se tornaram escravos dos caiapós”, contou o sertanista.

Cerca de quatro etnias viviam na área antes da criação do Parque Indígena do Xingu. Após o decreto, 17 etnias passaram a dividir o mesmo espaço.

Romance e história

Quando retornou dessa experiência da frente de atração, Odenir Pinto de Oliveira pensou em escrever um livro contando essa história.

Contudo, muitos documentos históricos da época se perderam, alguns desapareceram. Então, ele resolveu fazer um romance, baseado nessa experiência.

“Queria escrever a história real, mas boa parte da documentação desapareceu. Também não tenho formação para manusear esses documentos; por isso, resolvi fazer um romance com ficção, baseado no que vivi”, completou.

O autor

Odenir é filho e neto de indigenistas. Os pais deles trabalharam na equipe do Marechal Cândido Rondon.

Ele nasceu em uma aldeia bakairi, em Paranatinga (373 km ao Norte de Cuiabá) e até os 12 anos conviveu com os povos indígenas bakairi e xavante, no Norte e Nordeste de Mato Grosso.

Índios ocupam sede da Funai em Passo Fundo

SÍTIO RÁDIO TAPEJARA, 23.07.2013



Grupo com cerca de 80 indígenas é da cidade de Erebangó. Eles reclamam do processo de demarcações de áreas indígenas na região. (Foto: G1)

Um grupo formado por cerca de 80 índios invadiu na tarde desta terça-feira (23) a sede da Funai em Passo Fundo, no Norte do Rio Grande do Sul. Os indígenas, que são da cidade de Erebangó, pedem mais atenção para os processos de demarcações de áreas indígenas na região. Eles prometem permanecer no local até que o pedido seja atendido.

Conforme os índios, a demarcação feita em 1997 não corresponde ao tamanho real da área, o que estaria prejudicando o grupo. Uma reunião será realizada na sede da Funai em Brasília. A Fundação vai estudar o caso antes de se pronunciar.

Fonte: G1



Psicóloga e antropóloga uberlandense participa de encontro com indígenas
SÍTIO CORREIO DE UBERLÂNDIA, 23.07.2013

Entre os dias 25 de julho e 6 de agosto, a uberlandense Pollyana Mendonça estará incomunicável. Psicóloga formada pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e antropóloga pela Universidad de Barcelona (Espanha), a uberlandense embarca, nesse período, para um encontro com representantes do povo indígena Kanamari, que vive no Vale do Javari, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, em plena selva amazônica. Pollyana Mendonça disse que, no papel de coordenadora da Organização Não Governamental (ONG) Centro de Trabalho Indigenista (CTI), vai ministrar uma oficina que tem o objetivo de elaborar um projeto político-pedagógico para a educação escolar do povo Kanamari.

"Trabalho há seis anos com povos indígenas da Amazônia e do Cerrado. A pedagogia com essas populações deve obedecer aos princípios da lei federal 11.645, que, desde 2008, determina a simbiose e inclusão do ensino da história e da cultura indígena no currículo dos ensinos fundamental e médio", disse a antropóloga.

Segundo Pollyana Mendonça, cerca de 3,8 mil indivíduos da etnia Kanamari vivem no Vale do Javari, que tem a maior concentração de povos indígenas isolados em todo o planeta, também com as presenças de tribos Marubo, Matis e Matses. "Há uma década, tenho minhas rotinas profissionais fora de Uberlândia, mas percebo que, atualmente, a temática indígena tem causado interesse na cidade. Inclusive, o Museu do Índio tem buscado espaço com atividades e convidados de renome nacional", disse a uberlandense, que trabalha na Amazônia com educação, referência cultural e conservação ambiental para os povos indígenas.

CD e DVD

A psicóloga e antropóloga Pollyana Mendonça disse que, além da oficina sobre educação em escolas indígenas, teve a oportunidade de prestar assessoria a um festival cultural na aldeia Kanamari, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Como resultado do festival, os indígenas produziram o CD duplo e o DVD "Tüküna Nawa Waik", que já foi lançado pela Organização Não Governamental (ONG) Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

"O lançamento aconteceu em julho do ano passado. O álbum e o DVD trazem toda a musicalidade e manifestações rituais do povo Kanamari. Pretendo lançar os trabalhos em Uberlândia, em breve, com a presença dos indígenas cantadores", disse Pollyana Mendonça.

O álbum duplo e o DVD são comercializados no site da ONG (www.trabalhoindigenista.org.br) e a renda obtida com a venda dos trabalhos será destinada às ações nas aldeias Kanamari.



Comissão do CNJ entrega amanhã relatório sobre o conflito indígena no MS
SÍTIO REGIÃO NEWS, 23.07.2013

Na última reunião realizada, no dia 9 de julho, as áreas foram divididas em três grupos e a comissão passou a discutir as sugestões que seriam feitas no relatório

A comissão formada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de estudar soluções para o conflito entre índios e proprietários rurais no Mato Grosso do Sul reúne-se amanhã, em Campo Grande, para aprovar o relatório final com as sugestões do grupo.

Uma minuta do documento já foi elaborada e está sendo analisada pelos membros da Comissão, formada depois do conflito na reserva indígena Buriti, que resultou na morte do terena Oziel Gabriel, na reintegração de posse da Fazenda Buriti e do baleamento de um primo dele na Fazenda São Sebastião. Joziel Gabriel ficou tetraplégico e foi transferido para Brasília onde passa por tratamento no Hospital Sara Kubitschek.

Depois de aprovado amanhã, o relatório da comissão será entregue ao presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa. O documento trará as sugestões do grupo para solucionar os conflitos em cada uma das áreas demarcadas ou em processo de demarcação no estado, bem como a fundamentação jurídica que justifica a alternativa sugerida.

Na última reunião realizada, no dia 9 de julho, as áreas foram divididas em três grupos e a comissão passou a discutir as sugestões que seriam feitas no relatório. A reunião desta quarta será a partir de 9 horas, na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (TJMS).

Participarão do encontro o coordenador do Comitê Executivo Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários do CNJ, Rodrigo Rigamonte, e membros do TJMS, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, da Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul, da Advocacia-Geral da União (AGU), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Secretaria de Direitos Humanos, além de líderes indígenas, representantes dos produtores rurais e estudiosos da questão indígena no estado.



Carta avançada dos povos indígenas do Rio Negro

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 23.07.2013

À Secretaria Especial de Direitos Humanos, Organização das Nações Unidas, Secretaria da Organização Internacional do Trabalho no Brasil; Partidos Políticos, Presidenta da República, Presidente do Senado, Presidente da Câmara.

Escrevemos esta carta para sermos propositivos e assim tentar mais uma vez a abertura de diálogo com os nossos governantes. No dia 16/04/2013 os índios ocuparam a plenária do Congresso Nacional para barrar propostas legislativas que acabam com os direitos constitucionais dos povos indígenas. Estamos preocupados com o ataque articulado em conjunto com autoridades importantes do governo federal que põem em risco a integridade das TIs e desvalorizam nossos povos e culturas.

No entanto, o governo não apoia a pauta de proteção às TIs e os direitos dos povos indígenas. O diálogo e as ações positivas não acontecem de fato. O próprio presidente da Câmara dos Deputados traiu suas promessas e inseriu o PLP 227 em regime de urgência para tramitar. Não aceitamos negociar nossos direitos já adquiridos. O usufruto exclusivo das TIs é e será nosso. Isso está no capítulo dos direitos indígenas da Constituição Federal de 1988 e na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho ratificada pelo Brasil, mas vemos total descon sideração desses e de outros Direitos Humanos protegidos também por Leis Internacionais.

Pela maneira que o Estado brasileiro faz política com os povos indígenas, o Brasil não merece ter assento nos comitês e organizações internacionais. Não queremos a representação nessas organizações de um governo genocida como é o do Brasil atualmente.

Encaminhamos muitas cartas ao Executivo, mas os representantes do Legislativo podem e devem considerar nossas reivindicações. Perguntamos, há diálogo entre Executivo e Legislativo? Decidimos que iremos denunciar todos os partidos que são contra os direitos dos povos indígenas. Não é o Estado brasileiro que acaba com os índios, mas os Partidos Políticos que acabam com o Brasil. Vamos citar alguns nomes de partidos e suas propostas legislativas que são contra os povos indígenas:

1- PMDB, PEC 133/92; PEC 188/07; PEC 161/07; PL 4791/09; PL 414/05; PL 173/99; PL 177/04; PDC 1565/09; PDC 480/08; PDC 393/07; PDC 50/07; PDC 49/07; PDC 48/07; PDC 47/07; PL 4916/90

2- PT, PL 1057/07; PL 69/04; PDS 201/07; PLS 605/07; PDS 200/07; PL 3764/08; PLS 115/08

3- PSDB, PEC 71/11; PEC 415/09; PEC 03/04; PFC 55/08; PL 1610/96; PL 5611/09

4- PR, PLP 273/08; PDC 510/08; PDC 1346/08; PDC 1323/08; PL 490/07

5- PSB, PL 2830/03; PL 5265/09; PDC 2765/2010;

6- PTB, PL 2002/03; PDC 2540/06; PDC 381/99



Boletim de Notícias - Edição nº 130 / 2013

Brasília, 24 de julho de 2013.

7- DEM, PEC 411/09; PL 5993/09;

8- PDS, PEC 38/99; PL 73/99;

9- PPB, PEC 409/01, PEC 98/95

10- PCdoB, PL 4791/09

11- PP,PDC 62/11

12- PPR, PEC 215/00;

13- PSD, PLP 227/12

A partir dessa nossa pequena lista nomeamos assim o PMDB como campeão do troféu "Inimigo dos povos indígenas". Como vice-campeão está o PT e com o bronze o PSDB. Recomendamos que nossos parentes reconsiderem sua filiação e seus votos a estes partidos.

Para mais uma vez registrar nossa reivindicação de discutir com o governo, lembramos que no Rio Negro vivemos diretamente os produtos e resultados de sucessivas gerações de exploradores que passaram por aqui. Que muito estragaram e pouco semearam. Há uma dívida histórica para a qual exigimos reparação. Desde a invasão dos europeus não há diálogo do Estado com os povos indígenas e para nós esse diálogo é impreterível.

Lideranças Indígenas do Rio Negro.



Comissão especial vai analisar projeto que regulamenta demarcações de áreas indígenas

SÍTIO JORNAL BRASIL, 23.07.2013

O projeto de lei complementar (PLP 227/12) que regulamenta as demarcações de terras indígenas será submetido a comissão especial da Câmara. O texto já foi aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento de Desenvolvimento Rural, e a bancada ruralista chegou a apresentar pedido de urgência para levá-lo, o mais rapidamente possível, à análise do Plenário da Câmara, na segunda semana de julho.

O PV e o Psol resistiram e chegaram a obstruir as sessões do Plenário. Acatando requerimento (8207/13) do líder do Psol, deputado Ivan Valente (SP), a Mesa Diretora determinou que o projeto fosse analisado por uma comissão especial, já que seu conteúdo diz respeito à competência de mais de três comissões temáticas.

A proposta original ganhou um substitutivo do deputado Moreira Mendes (PSD-RO). De acordo com o texto, os interesses da Política de Defesa Nacional devem ficar acima do uso de terras indígenas.

Interesses internacionais

Coautor do projeto, o deputado Jeronimo Goergen (PP-RS), também integrante da bancada ruralista, afirma que o mérito do texto está em evitar demarcações feitas com base em "interesses econômicos internacionais e não governamentais" conduzidos hoje pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Goergen afirma que a proposta não é prejudicial aos indígenas: "Prejudicar, não. Ele vai fazer com que as demarcações sejam justas, porque hoje são completamente injustas, inclusive com os índios".

Ele conta que visitou, junto com outros deputados, a Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde, segundo ele, os índios estão fugindo da área demarcada. "Há índio e agricultor morando no lixão da cidade, como a gente pode ver lá. O que a gente quer fazer é que os índios que tenham seu direito histórico, pela sua presença na área, possam ter a sua área; mas fabricar índio, como a Funai está fabricando hoje, nós não podemos aceitar."

Benefício a latifundiários e grileiros

Já o deputado Padre João (PT-MG) chegou a apresentar um voto em separado contrário ao texto, na Comissão de Agricultura. Ele teme que o texto acabe beneficiando latifundiários e grileiros de terra.

"Existem áreas onde os povos indígenas estão mais concentrados; e há áreas onde avançou mais a agricultura familiar e os indígenas estão mais espalhados e, aí, cabe um processo até mesmo diferenciado", entende o parlamentar.

CONT.



"Acho que temos de chegar aos dois modelos, mas não podemos permitir que o latifúndio que foi grilado seja agora indenizado pelo governo", acrescenta Padre João. "É verdade que a gente não quer um conflito entre indígenas e pequenos agricultores, mas a gente sabe que o está por trás são grandes propriedades com, inclusive, terras griladas que já foram até motivo de CPI."

Grupo de trabalho e CPI

As polêmicas em torno da demarcação de terras indígenas são alvo de um grupo de trabalho e de audiências frequentes com ministros em várias comissões da Câmara. O grupo surgiu da pressão de centenas de índios que ocuparam o Plenário da Câmara em abril, em protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que transfere para o Legislativo o poder de decidir sobre a homologação das terras indígenas.

Também há um pedido formal de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação da Funai e do Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] quanto a terras indígenas e áreas quilombolas.



Nota de Repúdio ao Ataque no Congresso Nacional aos Direitos Indígenas Constitucionais

SÍTIO CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 23.07.2013



ASSOCIAÇÃO TERRA INDÍGENA XINGU – ATIX
ASSOCIAÇÃO WYTY-CATÉ DOS POVOS TIMBIRA DO MA E TO
CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA – CTI
COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE – CPI/AC
CONSELHO DAS ALDEIAS WAJÁPI - APINA
FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO – FOIRN
HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI - HAY
INSTITUTO DE FORMAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO INDÍGENA – IEPE
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA
ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE – OPIAC

As organizações indígenas e indigenistas abaixo relacionadas vêm a público manifestar seu repúdio às proposições legislativas que visam revogar o capítulo dos índios consagrado na Constituição Federal de 1988. O mais recente refere-se à aprovação, pelo colégio de líderes da Câmara dos Deputados, do requerimento, em regime de urgência, para votação do projeto de Lei complementar, de número 227, aprovado no âmbito da Comissão de Agricultura, que pretende regulamentar o parágrafo sexto do artigo 231 da Constituição definindo o “relevante interesse público da União” no uso dos territórios indígenas.

Trata-se, no nosso entendimento, de mais uma iniciativa do Congresso Nacional de desrespeitar os povos indígenas, buscando alterar uma política que é de Estado e não de governos, alterando de forma inconstitucional os seus direitos territoriais. Pelo projeto, poderá ser retirado dos índios o direito de usar, de forma exclusiva, seu território, abrindo margem para a construção de hidrelétricas e estradas, exploração mineral, legalização de latifúndios e assentamentos.

Sem qualquer discussão a iniciativa desse projeto, de autoria da bancada ruralista, pretende, por meio de manobras legislativas, alterar o sentido da Constituição Federal de 1988. Sua tramitação rompe com o acordo que o Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, havia feito em abril com lideranças indígenas para que todas as proposições legislativas de interesse dos índios fossem discutidas numa comissão de negociação entre parlamentares e representantes indígenas. Chama atenção, ainda, a aprovação do regime de urgência, com apoio da bancada governista, e do líder do governo na Câmara, Dep. Arlindo Chinaglia, na mesma tarde em que a Presidente Dilma recebia, pela primeira vez em seu governo, representantes indígenas em audiência, e se comprometia a defender os direitos indígenas no Congresso Nacional.

CONT.



O parágrafo sexto do artigo 231 da Constituição prevê a edição de uma lei complementar para regular as situações em que o "relevante interesse público da União" imponha a exceção ao direito dos índios de usar, de forma exclusiva, seu território. No nosso entendimento, tanto pela autoria do projeto, quanto pela articulação para sua aprovação em regime de urgência, por parte da bancada ruralista, sem discussão e consulta aos povos indígenas, o projeto de lei em foco pretende colocar o interesse de proprietários de terra e de outros grupos econômicos acima dos direitos dos índios e do interesse público do próprio Estado brasileiro.

Iniciativas legislativas favoráveis à efetivação dos direitos indígenas, como o Estatuto dos Povos Indígenas ou a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, permanecem paralisadas em comissões do Congresso Nacional enquanto avançam propostas para cercar direitos e abrir os territórios indígenas à exploração pela iniciativa privada. Essa manobra, patrocinada pela bancada ruralista, com apoio dos líderes do Congresso Nacional, é mais uma delas. Esperamos que este ataque inédito aos direitos indígenas seja rechaçado pelos demais parlamentares e pelo governo da Presidente Dilma, numa resposta que recoloca a política para os povos indígenas como uma prioridade do Estado brasileiro.

Conclamamos os líderes do Congresso Nacional para que cumpram a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que estabelece o direito dos povos indígenas de serem consultados sempre que uma medida legislativa possa afetar seus direitos coletivos. A consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas é uma obrigação assumida pelo Congresso Nacional ao ratificar a Convenção 169, e incorporá-la ao nosso ordenamento jurídico. Não é pedir demais que o Congresso Nacional cumpra as leis que ele mesmo aprova e legisle respeitando os povos indígenas e impedindo ataques aos direitos indígenas consagrados na Constituição de 1988.

ASSOCIAÇÃO TERRA INDÍGENA XINGU – ATIX

ASSOCIAÇÃO WYTY-CATË DOS POVOS TIMBIRA DO MA E TO

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA – CTI

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE – CPI/AC

CONSELHO DAS ALDEIAS WAJÃPI – APINA

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO – FOIRN

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI – HAY

INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA – IEPÉ

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE – OPIAC



OAB faz palestra hoje em Mundo Novo sobre a questão indígena

SÍTIO O LIBERAL NEWS, 23.07.2013

Os municípios de Mundo Novo e Amambai recebem, nesta semana, palestras sobre a situação indígena em Mato Grosso do Sul. As apresentações ocorrem por meio do projeto ESA (Escola Superior de Advocacia) da OAB/MS (Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul).

Os aspectos jurídicos da demarcação de terras no Estado, assim como dados sobre os processos de reintegração de posse e temas relacionados à resolução de conflitos, serão apresentados nas palestras.

"São informações que visam dar amparo na tomada de decisões, orientando sobre as medidas a serem tomadas em uma situação de conflito. Também vamos explicar os detalhes do direito possessório, quais as legislações envolvidas. Hoje, muitos processos se arrastam por falta de conhecimento dos mecanismos corretos, da jurisprudência específica", explica o presidente da Comissão de Assuntos Agrários e Agronegócio da OAB/MS, Lucas Abes Xavier, que ministra as palestras nos dois municípios.

Segundo a assessoria da Ordem, em Mundo Novo, a ação conta com a atuação da 26ª Subseção da OAB/MS e acontece hoje, às 19h, no auditório da Câmara Municipal, na Avenida Adjalma Saldanha, 856.

Na cidade de Amambai, a palestra será amanhã, às 19h, no auditório da Subseção da OAB/MS de Amambai, localizado à Rua da República, 4.554.

Projeto – O projeto "ESA vai ao interior" é ESA/MS e tem como objetivo intensificar a presença da Entidade no interior, levando informações para aprimorar o aperfeiçoamento dos advogados.

A entrada será gratuita e a ESA/MS emitirá certificados para os participantes. Confirmação da presença e mais informações poderão ser obtidas pelo telefone (67) 3342 4000.

Fonte: O Liberal News



Febre amarela - População indígena protegida em Guajará-Mirim

SÍTIO TUDO RONDÔNIA, 23.07.2013

Diante das notícias publicadas na imprensa local sobre a constatação de casos de febre amarela nos municípios bolivianos do departamento do Beni, Madalena, Santa Cruz de La Sierra e La Paz, localizados na fronteira com o Brasil, a Coordenação Regional da Funasa de Rondônia (Core-RO), está reforçando as ações de prevenção nas populações indígenas do município de Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia.

De acordo com a gerente técnica do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) de Porto Velho, Juliana Zoppi, desde a primeira quinzena deste mês as equipes multidisciplinares de saúde estão na região realizando a primeira missão de imunização deste, do ano. Durante o trabalho, entre outras vacinas, os indígenas estão sendo imunizados contra febre amarela.

Segundo dados da Dsei, em Guajará-Mirim 97 % da população indígena, a partir de nove meses de idade, esta imunizada contra febre amarela. "Até o momento, não existem caso de febre amarela nos indígenas atendidos pela Funasa na região. As ações preventivas são realizadas permanentemente pelas equipes multidisciplinares de saúde", garantiram os técnicos do Dsei.